

O Milagre Asiático: Avanços e Recuos na Explicação Ortodoxa. André Moreira Cunha¹

1. Introdução

O debate sobre o desenvolvimento econômico tem polarizado posições entre os que defendem e os que criticam a idéia de que os mecanismos de mercado são suficientes para garantir um crescimento sustentável e equilibrado. Entre os críticos destaca-se a percepção de que o Estado tem um papel crucial na indução e, em certas circunstâncias, no comando do processo de desenvolvimento. Argumentam que a ação estatal é diretamente proporcional às fragilidades e insuficiências dos mercados. Por isso a sua presença marcante nos países de desenvolvimento retardatário. A visão de mercado tem sido sustentada pela grande maioria dos economistas profissionais, de formação ortodoxa, e pelos organismos multilaterais de maior influência, como o FMI e o Banco Mundial (BM).

Em 1991 o BM lançou um documento que tinha por objetivo sintetizar seus 40 anos de experiência sobre o tema desenvolvimento. "O Desafio do Desenvolvimento (BM, 1991) procurou resolver a dicotomia Estado *versus* Mercado. Defende os mercados competitivos, "... o melhor meio encontrado até hoje de organizar eficientemente a produção e a distribuição de bens e serviços" (p.1), mas acrescenta que cabe ao Estado suprir o arcabouço jurídico e normativo que regula as relações de mercado, além de atuar onde este apresentar insuficiências comprovadas. Ao renegar o velho dilema intervenção ou *laisse faire*, o BM estabelece um aporte favorável às forças de mercado. As intervenções passam a ser aceitas sempre que **relutantes**², **disciplinadas** pela concorrência interna e externa, e **abertas**, com regras simples e transparentes.

Para chegar a essas conclusões o BM adotou a seguinte metodologia: (i) avaliou a experiência dos países em desenvolvimento; (ii) constatando que os que mais avançaram foram aqueles que teriam seguido as regras depois sintetizadas no seu aporte favorável ao mercado (*market-friendly*). Estes países seriam os NICs (Newly Industrialized Countries) asiáticos. Sobre estes o BM lança, em 1993, um estudo onde procura aprimorar suas teses centrais. O "The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy" (EAM, de agora em diante) passa a ser a versão ortodoxa mais bem acabada sobre a história de sucesso do desenvolvimento dos países do leste asiático. Ancorado neste sucesso o BM ampliou sua possibilidade política e técnica de recomendar aos demais países a sua visão sobre o papel das políticas públicas e dos mecanismos de mercado na dinâmica do desenvolvimento. No contexto atual de internacionalização da economia existem fortes pressões à favor do livre fluxo de bens e capitais e contra estratégias industrializantes que pressuponham restrições ou estímulos aos mercados locais. Associar a bem sucedida industrialização asiática aos fundamentos teóricos e políticos da ortodoxia econômica é uma proeza considerável, que merece uma análise detalhada, dadas as suas implicações para se pensar as virtudes e limites das políticas públicas. O que, em última instância nos remete ao questionamento do papel do Estado no enfrentamento do atraso econômico.

Claramente a questão do leste asiático tem se colocado no centro do debate sobre o desenvolvimento. Os defensores da idéia de que basta seguir os preços de mercado para garantir a alocação mais eficientes dos recursos, de modo a explorar as vantagens comparativas (estáticas), procuram destacar a neutralidade das políticas públicas no processo de crescimento nos países do leste asiático. O recado é claro: o Estado deve preocupar-se em garantir a estabilidade macroeconômica, gerar a infraestrutura básica e o capital humano adequado, garantir um clima propício para os investimentos e manter a economia aberta ao mercado internacional. Qualquer ação que ultrapasse esses limites, distorcendo os sinais de mercado, é ineficiente. Por outro lado, os críticos desta visão *market-oriented*, procuram enfatizar a dimensão

¹Mestre e Doutorando pelo Instituto de Economia - UNICAMP.

²Aqui, trata-se de "(deixar) que os mercados funcionem por si mesmos, a não ser que se possa demonstrar que é melhor intervir." (p.6). Os bens públicos, como educação básica, infraestrutura, controle populacional, proteção do meio ambiente etc são aceitáveis, mas não é a ação empresarial do Estado.

estratégica do desenvolvimento: as vantagens comparativas (dinâmicas) devem ser construídas e na ausência de instrumentos de mercados eficazes, o Estado pode e deve agir de forma ativa, indo contra os preços correntes, influenciando e direcionando a acumulação e a alocação dos recursos.

Com a análise do EAM procuraremos avaliar em que medida a perspectiva ortodoxa sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento avançou, ou não. Mostraremos que nos marcos do *mainstream* ampliou-se a fronteira da discussão. Ainda que, do ponto de vista propositivo, a visão do EAM sobre o papel das políticas públicas e, em especial, da política industrial, permaneça bastante restritiva. Tendo isto como eixo central, dispostemos o trabalho da seguinte forma: (i) inicialmente, analisaremos a construção e os principais argumentos do EAM; (ii) em seguida, procuraremos mostrar seus limites e implicações, a partir da perspectiva crítica de autores que vêm estudando a importância do Estado na experiência asiática; (iii) por fim, encaminharemos algumas conclusões.

2. O Milagre do Leste Asiático: Divergências nos Corredores do Banco Mundial

O EAM, iniciado em janeiro de 1992 e concluído em agosto de 1993, reflete, desde sua gestação até a aprovação da versão final, as tensões provocadas pelas distintas visões sobre o peso do Estado no desenvolvimento. Vejamos inicialmente como surgiu e foi construído o EAM e, em seguida, quais são seus principais argumentos. Lembramos que o EAM destaca o comportamento dos países asiáticos de alto desempenho (PAADs, de agora em diante): Japão, Coreia do Sul (Coreia), Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Indonésia, Malásia e Tailândia.

2.1 Os Samurais e o Banco Mundial³

O EAM nasceu de pressões japonesas. Desde o final dos anos 80 o Japão tornou-se o segundo maior acionista do Banco Mundial⁴, atrás apenas dos EUA. Na ótica daquele, seu crescente peso financeiro na instituição deveria ter por contrapartida uma maior representação. Queria validar suas práticas pouco ortodoxas frente à hegemonia do pensamento anglo-saxão⁵. A questão do crédito direcionado tornou-se central para estimular as pressões dos japoneses. No final dos anos 80 o Ministério das Finanças do Japão criou um fundo para direcionar crédito ao setor privado nos países do leste asiático: o ASEAN - Fundo de Desenvolvimento Japonês, administrado por sua principal agência de ajuda, a OECF. Desde logo o BM marcou posição contrária à política de crédito direcionado japonês que, diga-se de passagem, evidenciava o objetivo estratégico de estimular a extroversão do capital japonês na região, ao auxiliar o desenvolvimento do leste asiático.

Dois momentos consolidam a forte intenção dos japoneses em afirmar o modelo asiático de desenvolvimento: o lançamento de um documento propositivo ao BM, onde defende políticas estratégicas, com uma presença ativa do Estado, para os países em desenvolvimentos⁶; e uma enfática declaração do Presidente do Banco Central do Japão, que conclama o BM a estudar a especificidade do desenvolvimento

³ Este item está baseado no trabalho de Wade (1990). Ver também Page (1994), Kwon (1994), Arnsden (1994).

⁴ Além disso, em 89 já possuía o maior programa de ajuda bilateral do mundo; em 90, tornou-se o segundo maior acionista do International Finance Corporation, filial do Banco Mundial para empréstimos ao setor privado; detendo, no início da década de 90, 50% da poupança líquida dos países desenvolvidos, sendo a principal fonte de investimentos direto externo (WADE, 1996 p.6)

⁵ Devemos destacar que a presidência do Banco Mundial sempre ficou com os americanos, que sua presença no staff daquela instituição é proporcionalmente muito maior do que a sua participação acionária, e que 2/3 dos quadros do BM são formados em universidades americanas, número que sobe para 80% se incluídas as universidades inglesas. (WADE, 1996, p. 16)

⁶ O trabalho do Ministério das Finanças japonês, intitulado "Questões Relacionadas ao Aporte do Banco Mundial para o Ajuste Estrutural: Propostas de um Parceiro Estratégico", propõe: (i) que para os países em desenvolvimento alcancarem o crescimento sustentado o governo deve adotar medidas que promovam, diretamente, os investimentos (ii) que estas medidas devam fazer parte de uma política industrial explícita, voltada para a promoção de setores líderes no futuro (iii) que o crédito direcionado e subsidiado é fundamental em condições de mercados financeiros fortemente imperfeitos (iv) que as decisões estratégicas não podem ficar somente a cargo dos interesses privados (v) considerar o exemplo das políticas fiscal e monetária do Japão no pós II GGM, baseadas da tributação diferenciada e no fortalecimento das instituições financeiras (WADE, 1996, p. 10). Evidentemente, não precisamos fazer maiores comentários para mostrar que tais propostas são radicalmente contrárias à perspectiva ortodoxa do BM.

asiático⁷. Tais pressões resultam no início dos trabalhos do EAM. O financiamento de US\$ 1.2 milhões ficou por conta Human Resource Development, um fundo japonês para o BM. Entender a construção política do EAM é fundamental para que possamos identificar suas principais características e conclusões. Inicialmente devemos destacar a tensão entre três pólos distintos. O grupo de estudos do EAM formado por economistas não asiáticos, de orientação neoclássica, liderados por Jonh Page (Oxford). Ao longo do trabalho acabam concluindo que as políticas intervencionistas poderiam ter contribuído para o crescimento, ainda que não tenham encontrado meios de arregimentar provas irrefutáveis. Junto com o economista chefe e vice-presidente do Board do BM, Lawrence Summers (Harvard), esse grupo viu-se diante da posição de defesa de uma ampliação da fronteira do debate ortodoxo sobre o desenvolvimento econômico, expresso mais explicitamente nas primeiras versões do EAM. Outro pólo era representado pelo Vice-Presidente para o Leste Asiático do BM, Gautam Kaji, que sustentava a explicação neoclássica revista, expressa no "Desafio do Desenvolvimento" (BM, 1991) e capitaneada por economistas de Chicago. Defendia-se uma visão de livre mercado para a condução de políticas de desenvolvimento, denominada de aporte *market-friendly*. Por fim, no extremo oposto, temos o interesse japonês de enfatizar a sua experiência mais intervencionista. O texto final é marcado pela tensão estabelecida entre estes pólos e, acima de tudo, pelo processo de filtragem interna às instâncias hierárquicas do BM. Com isso procurou-se adequar os diversos interesses, sem contudo se escapar muito do eixo teórico central de defesa dos mecanismos de mercado. Vale dizer, sem contrariar às expectativas americanas.

2.2 O Milagre do Leste Asiático: a Nova Versão Oficial

O EAM parte de uma constatação, já usual em todos os trabalhos referentes ao desenvolvimento do leste asiático: a de que esta foi a região que mais cresceu no mundo nos últimos 30 anos, sendo bem sucedida no incremento da renda total e per capita, garantindo uma maior equidade e melhoria nos indicadores sociais. O segredo deste desempenho seria, em essência, resultado da correta perseguição dos fundamentos econômicos, quais sejam: (i) a estabilidade macroeconômica, com a inflação sob controle e taxas de câmbios competitivas, criando assim um clima propício para os investimentos privados; (ii) o investimento na capacitação do capital humano e em infra-estrutura; (iii) a criação de um sistema financeiro efetivo e seguro; (iv) a abertura ao mercado externo, facilitando o acesso à tecnologia e evitando-se as distorções de preço, e; (v) o desenvolvimento do setor primário, evitando-se um viés anti-agricultura. Esses elementos não vão muito além das visões neoclássica e *market-friendly* (WORLD BANK, 1993, p.9). A primeira atribui o sucesso asiático à estabilidade macro, à existência de um arcabouço legal que promoveria a competição doméstica e internacional, ao legítimo investimento no capital humano e à ausência de controles de preço e políticas discricionárias, minimizando as distorções de preço. Na segunda, além daqueles elementos, é admitida a influência sobre o crescimento asiático de um efetivo, mas cuidadosamente limitado, intervencionismo. Ou seja, com ações que viriam no sentido pró mercado, buscado-se sanar as imperfeições deste de modo a garantir que os preços relativos refletissem, da forma mais correta possível, a escassez relativa na economia, facilitando as decisões privadas.

O EAM teve por intenção avançar, dentro do campo ortodoxo, sobre as versões neoclássica tradicional e *market-friendly*. Claramente seu objetivo era avaliar o papel das políticas públicas no crescimento, admitindo que o correto desempenho dos fundamentos apenas responderia por parte da história do sucesso asiático. Não se poderia mais negar a intervenção ativa dos governos dos PAADs no sentido de moldar o crescimento econômico. Não se poderia mais negar a existência do *targeting*, do crédito e dos juros subsidiados, do protecionismo seletivo, do auxílio (subsídio) aos setores em declínio, do suporte aos bancos públicos, dos investimentos em P&D, da

⁷ Declarou Yasushi Mieno: "A experiência da Ásia tem mostrado que embora as estratégias de desenvolvimento requeiram um saudável respeito aos mecanismos de mercado, o papel do Estado não pode ser esquecido. Eu gostaria de ver o Banco Mundial e o FMI tornando a liderança em um amplo estudo que definiria os alicerces teóricos deste aporte e clarificaria as áreas nas quais ele possa ser aplicado de forma t em sucedida em outras partes do globo." (WADE, 1996, p.11)

promoção de exportações através de instituições específicas e da cobrança de desempenhos melhores do setor privado, e do compartilhamento de informações entre os agentes privados e públicos. Enfim seria impossível negar um fato óbvio: houve crescimento e houve intervenção ativa por parte dos governos, de modo que não se poderia afirmar, *a priori*, que a segunda obstaculizou o primeiro.

Diante deste dilema, considerado um problema metodológico, propôs-se avançar sobre o aporte *market-friendly*, através do desenvolvimento de um **arcabouço funcional do desenvolvimento**, onde divide-se as intervenções em dois tipos: **fundamentais e seletivas**. Ambas articuladas com aquilo que o estudo aponta ser as funções básicas do crescimento: acumulação de capital físico e humano, alocação eficiente dos recursos, e incremento da produtividade. As políticas fundamentais são aquelas destacadas pelas visões neoclássica e *market-friendly*, ou seja, a estabilidade macro, o aprimoramento do capital humano, a constituição de sistemas financeiros seguros e efetivos, o limite das distorções de preço e a abertura externa. As políticas seletivas incluem a repressão financeira moderada (juros abaixo do ponto de equilíbrio), o crédito direcionado, a promoção industrial seletiva e as políticas comerciais que incentivam os setores não tradicionais. Devemos adiantar um argumento de Wade (1996): temos aqui um problema semântico e conceitual. O que o EAM chama de política seletiva não necessariamente é sinônimo de política específica a um determinado setor ou empresa. Com isso, pode-se afirmar que ainda que as políticas seletivas tenham tido algum impacto sobre o crescimento e a transformação das estruturas produtivas dos PAADs, elas não foram tão efetivas quanto afirmam aos autores "revisionistas"⁸. Seriam importantes somente aquelas políticas não específicas a setor e que funcionassem pró mercado como, por exemplo, um estímulo genérico às exportações.

Este aporte apresenta uma dupla funcionalidade. Incorpora no modelo explicativo elementos heterodoxos, associados à efetividade da intervenção governamental. Mas, por outro lado, possibilita a construção de um argumento que acabou direcionando-se para uma visão reducionista da experiência asiática: a de as políticas fundamentais foram efetivas na promoção do desenvolvimento, enquanto que as seletivas, de um modo geral, não. Portanto, em última instância, o afastamento do modelo explicativo *market-friendly*, ficou mais no campo das intenções e da montagem do arcabouço de estudo, do que das conclusões e proposições.

Essa nova versão oficial do milagre asiático pode ser encontrada na pesquisa da OECD (1996) sobre a Coreia. Atribui-se o sucesso deste país a três fatores fundamentais: (i) políticas públicas voltadas para a orientação exportadora; (ii) estabilidade macroeconômica; (iii) investimentos em capital físico e humano. São destacadas as políticas não discriminatórias de incentivo às exportações e que não visavam alterar a sua composição. Sob essa ótica o câmbio competitivo, os subsídios diretos, as isenções fiscais e tarifárias, e o crédito preferencial seriam legítimos, bem como as isenções tarifárias para insumos industriais do setor exportador, que com isso equalizava o preço daqueles com os do mercado internacional. Por outro lado, a experiência de industrialização pesada no período 1973-79, o HCI (Heavy and Chemical Industry), com um *targeting* agressivo nos setores de aço, petroquímica, construção naval, metalurgia, eletrônica e maquinaria é avaliado de forma negativa. Foi necessário um forte controle do mercado financeiro, principalmente sobre o sistema bancário, as taxas de juros e a saída de capitais. Ainda que alguns destes setores tenham se tornado grandes exportadores nos anos 80, as políticas discricionárias teriam imposto custos muito elevados, expressos no excesso de capacidade e baixas taxas de retorno, além de se comprometer a eficiência do mercado de capitais. Neste trabalho da OCDE e no EAM, o recuo das políticas industriais (específicas à setores)

⁸ Entre outros, Amsden, Wade, Chang, Singh, Lall que, em essência partem de uma visão crítica à interpretação neoclássica. Eles destacam a ação política na promoção extensiva dos setores, através do *targeting*. Apontam que ao mercados de capitais não eram livres - havia repressão financeira. Afirmam, enquanto idéia central, que o governo pode acelerar o crescimento "governando o mercado" e "tomando o preço errado", ou seja construindo vantagens comparativas através de políticas estratégicas. A distorção dos incentivos seria a grande responsável pela emergência de setores industriais que, do contrário, jamais teria surgido. (WORLD BANK, 1993, p. 83)

ao longo dos anos 80, é interpretados como um atestado da ineficiência do intervencionismo.

2.3 O Milagre do Leste Asiático: a Construção dos Argumentos

A estrutura do EAM desdobra, detalhadamente, os argumentos criados em torno da idéia do seu arcabouço funcional do crescimento. Exposto este, no capítulo 2, passa-se a verificar: (i) o papel desempenhado pela estabilidade macroeconômica e a orientação exportadora no crescimento (capítulo 3); (ii) a importância de uma base institucional adequada (capítulo 4); (iii) as estratégias responsáveis pela bem sucedida acumulação de capital físico e humano (capítulo 5); (iv) os mecanismos que garantiram a alocação mais eficiente dos recursos, e; (v) as lições a serem retiradas da experiência asiática, tendo-se em mente uma possível emulação por parte dos demais países em desenvolvimento (capítulo 6).

A estabilidade macroeconômica é apontada como um pré-requisito fundamental para o crescimento. Apesar da diversidade dos países no que se refere à inflação e endividamento (interno e externo), pode-se apontar como um ponto comum, o esforço em torno da idéia de se criar um clima estável para o investimento. Evitava-se o financiamento inflacionário dos déficits, estes sempre mantidos em limites controláveis - elevados (tabela 1), mas sem gerar processos crônicos de alta inflação, como nas economias latinas. As elevadas dívidas externas, se comparadas a outros países com um nível de renda semelhante, puderam ser financiadas pelo incremento das exportações (tabela 2). A capacidade de uma rápida reação frente aos choques externos evitava a contaminação real - financeira, dado um rigoroso controle sobre o sistema financeiro.

1. Déficit Consolidado do Setor Público, Países Selecionados

Economia/Região	Média do Déficit Público, % do PNB (1980-88)	Posição entre os 40 Países em Desenvolvimento (1 = maior déficit)
PAADs		
Coreia	1.89	34
Malásia	10.80	6
Taiilândia	5.80	23
Média de 40 Economias em Desenvolvimento	6.39	
Média dos Países da OCDE	2.82	
Outras Economias		
Argentina	9.62	
Brasil	4.02	
México	6.734.30	

Fonte: World Bank, 1993, p.109

2. Endividamento Externo, Economias Selecionadas

Economia/Região	Endividamento Total/ PNB (%)		Endividamento Total/ Exportações Totais (%)	
	Pico Anual ¹	1991	Pico Anual ¹	1991
PAAD				
Indonésia	69.0	66.4	263.5	225.6
Coreia	52.5	15.0	142.4	45.2
Malásia	86.5	47.6	138.4	54.2
Taiilândia	47.8	39.0	171.7	94.8
Todas as Economias de Renda Baixa e Média		38.4		176.2
Sul da Ásia		29.6		293.3
África Sub-Saariana		106.1		340.8
América Latina e Caribe		37.4		268.0

Fonte: World Bank, 1993, p.113.

(1) 1987 para a Indonésia, 1985 ou 1986 para os demais.

Junto com a estabilidade, enfatiza-se a orientação exportadora. O EAM descreve os mecanismos utilizados para gerar um *drive* exportador em cada um dos oito países estudados. Em essência, são quatro os elementos cruciais para o estabelecimento de uma orientação exportadora bem sucedida: (i) o acesso à

importações, especialmente de insumos industriais e bens de capital, com preços internacionais; (ii) o acesso dos exportadores ao financiamento de curto e longo prazos, o que permite a validação das políticas de crédito, desde que não discriminatórias; (iii) o suporte do governo para a penetração em novos mercados; (iv) e a flexibilidade na implementação das políticas.

Do ponto de vista institucional o EAM destaca a idéia do crescimento compartilhado. Crescimento com distribuição de renda garantiria a legitimidade política dos regimes. Para tanto lançou-se mão de mecanismos que ampliassem as oportunidades de compartilhamento dos benefícios do progresso. Educação universal, reforma agrária (Japão, Coreia e Taiwan), apoio às pequenas e médias empresas (Hong Kong, Japão, Coreia e Taiwan), programas de popularização das moradias (Cingapura e Hong Kong) e de saúde. Além de cooptar as massas trabalhadoras urbanas e rurais, procurou-se manter sob controle os sindicatos e, também, buscou-se o apoio do empresariado. Criou-se para tal uma série de canais institucionais, formais ou não, para aprimorar a troca de informações entre os setores públicos e privados. Assim, reduzir-se-iam os problemas de coordenação, que tendem a ser maiores em um contexto onde as transformações são muito rápidas, há imperfeição nos mercados, e investimentos interdependentes e com retornos crescentes de escala. Na verdade, o EAM constrói uma interpretação alternativa sobre o papel dos regimes autoritários, desqualificando a idéia de um voluntarismo político bem sucedido⁹. Sem legitimação, através do crescimento compartilhado e de canais de diálogo entre empresas e governo, tais regimes seriam inócuos. Assim, a imposição da vontade política sobre os interesses privados, leia-se do Estado sobre o Mercado, não seria um fator relevante na explicação do sucesso asiático.

Outro fator institucional de destaque é a autonomia relativa da tecnocracia frente às pressões políticas. Procura-se mostrar as vantagens de se ter uma burocracia competente, bem remunerada, meritocrática, movida por um sentimento de prestígio e que perceba, pelos anteriores, um alto custo em incorrer atos de desonestidade. Japão e Coreia são apontados como os países que desenvolveram de forma mais eficiente uma burocracia com espírito público. Isto teria possibilitado uma maior efetividade em suas políticas públicas.

A rápida e adequada acumulação de capital humano está associada a três fatores: o crescimento acelerado da renda, uma transição demográfica precoce e uma distribuição mais igualitária da renda. Em conjunto esses elementos implicaram na ampliação dos recursos disponíveis para a educação. Crescendo aceleradamente a renda e diminuindo o número de crianças em idade escolar, amplia-se, dado um mesmo orçamento relativo ao PNB, o gasto por estudante. A qualidade do gasto também foi importante. Na tabela 3, vemos que sua média de gastos (sobre o PNB) em educação não foi muito maior do que em outros países em desenvolvimento, e na tabela 4 a priorização do ensino básico. Além destes mecanismos atuando pelo lado da oferta, temos um estímulo de demanda, dado que o rápido crescimento aumentava o número de empregos, o salário real e, consequentemente, a taxa de retorno sobre as habilidades da força de trabalho. O que, por sua vez, ampliava a demanda por educação.

⁹Sobre o voluntarismo político e as relações público privadas, ver Johnson (1987).

3. Gastos Públicos em Educação como Parcela do PNB (%), Países Seleccionados

Economia/ Região	1960	1989
PAADs		
Hong Kong	-	2.8
Coreia	2.0	3.6
Cingapura	2.8	3.4
Malásia	2.9	5.6
Tailândia	2.3	3.2
Indonésia	2.5	0.9
Média	2.5	3.7
Outros		
Brasil	1.9	3.7
Paquistão	1.1	2.6
Países Menos Desenvolvidos	1.3	3.1
África Sub-Saariana	2.4	4.1

Fonte: World Bank, 1993, p.198

4. Alocação do Orçamento em Educação, 1985, Países Seleccionados

Economia	Gasto Público em Educação como Porcentagem do PNB	Gasto Público em Educação Básica/PNB (%)	Porcentagem do Orçamento em Educação Alocado com o	Porcentagem do Orçamento em Educação Alocado com o
			Ensino Superior	Ensino Básico
Hong Kong	2.8	1.9	25.1	69.3
Indonésia	2.3	2.0	9.0	89.0
Coreia	3.0	2.5	10.3	83.9
Malásia	7.9	5.9	14.6	74.9
Cingapura	5.0	3.2	30.7	64.6
Tailândia	3.2	2.6	12.0	81.3
Venezuela	4.3	1.3	43.4	31.0

Fonte: World Bank, 1993, p.199.

Com relação à acumulação de capital físico o EAM analisa a questão da poupança e do investimento. As taxas superiores de poupança nos países asiáticos (tabela 5) resultariam da combinação entre a estabilidade macroeconômica, capaz de criar um clima de confiança em torno do valor de longo prazo dos ativos financeiros, a redução da natalidade, que propiciou a queda na taxa de dependência (número de não trabalhadores/trabalhadores), e de políticas capazes de sanar os problemas de coordenação de mercado. Entre estas enfatiza-se as políticas não discriminatórias que buscavam regular o sistema financeiro de forma mais segura - gestão prudente dos bancos comerciais, rápida intervenção em momentos de ruptura, proteção contra a competição, especialmente a estrangeira. Esta última era compensada pelo controle do *spread* (todos os PAADs o fizeram, com exceção de Hong Kong e Cingapura), garantindo que as menores taxas de juros pagas aos poupadores fossem repassadas aos investidores. Por fim, destaca-se a utilização de mecanismos compulsórios de poupança, como os sistemas de pensão e as restrições ao consumo, além da criação de instituições de poupança pelo correio, que visavam incentivar o pequeno poupador rural e urbano, através da maior segurança e do menor custo de transação. O EAM considera que a principal política de estímulo ao incremento da poupança foi a manutenção da estabilidade.

O maior dinamismo dos investimentos, especialmente se comparado aos demais países em desenvolvimento, decorreria, em primeiro lugar (mais uma vez em destaque) da estabilidade macroeconômica. Essa garante um clima atrativo para o setor privado, com os direitos de propriedade assegurados e a eficaz provisão de infra-estrutura, muito superior à outras economias de renda semelhante (tabela 6). Em segundo lugar, das políticas públicas, com maior ou menor grau de discricionariedade. Com relação ao mercado de capitais, procurou-se compensar suas imperfeições através da criação de instituições voltadas ao financiamento de longo prazo. Aqui o destaque recai sobre os Bancos de Investimento, em geral instituições públicas. Além disso, buscou-se controlar a saída de capitais e realizou-se uma política de repressão financeira, característica comum aos países em desenvolvimento. Porém, a repressão financeira nos PAADs teria sido distinta: (i) foi mais moderada, somente gerando taxas negativas de juros em períodos curtos; (ii) feita em um quadro de estabilidade macro; (iii) e com controle sobre os *spreads*. Na verdade, o desenvolvimento do mercado de capitais foi

posterior ao período de arranque do crescimento, estando aí uma das razões para a forte presença do poder público na intermediação financeira.

Incentivos tributários visavam ampliar a taxa de retorno sobre os investimentos ao aumentar os lucros retidos ou reduzir os preços relativos dos bens de capital. O EAM critica esse tipo de política destacando seus elevados custos sociais e baixa efetividade. A questão do elevado risco associado à transformações aceleradas na estrutura produtiva foi enfrentada com a criação de mecanismos para o compartilhamento dos riscos. Os cartões de recessão foram muito comuns nos processos de reestruturação dos setores declinantes. O controle administrativo do ajuste por parte do governo, o estímulo à divisão das perdas entre as empresas do setor, e o financiamento com juros subsidiados para o *upgrading* tecnológico, especialmente visando as exportações, foram os principais instrumentos utilizados. O EAM destaca o sistema de monitoramento e de recompensa-punição sobre os empréstimos subsidiados. Esses dois fatores reduziram as distorções causadas pelas intervenções.

5. Poupança Pública e Privada, Economias Seleccionadas - (% do PNB)

Economias/Anos	Poupança Pública	Poupança Privada
PAADs		
Indonésia, 1981-88	7.7	14.0
Japão		
1945-54	5.3	12.0
1955-70	6.2	17.2
1971-80	4.6	20.1
1981-88	5.1	15.8
Malásia		
1961-80	3.2	18.7
1981-90	10.3	19.1
Cingapura		
1974-80	5.5	22.6
1981-90	18.5	24.0
Tailândia		
1980-85	14.3	4.7
1986-87	8.6	14.6
Outras Economias em Desenvolvimento		
Argentina		
1980-85	1.9	11.0
1986-87	4.2	1.2
Brasil		
1980-85	5.1	10.5
1986-87	6.9	12.5
Chile		
1980-84	3.9	2.3
1985-87	7.9	0.6
México, 1980-87	4.3	17.5

Fonte: World Bank, 1993, p.210. Arranjos do autor.

6. Provisão de Infra-estrutura, Anos Selecionados

Economia	Porcentagem de Estradas Pavimentadas		Capacidade Gerada de Eletricidade, per capita		Habitantes por Telefone	
	1971	1986	1965	1990	1975	1985
PAAD						
Hong Kong	100	100	160.6	1438.3	-	-
Indonésia	25	62.2	7.7	64.4	435	205
Coréia	14.2	54.2	33.2	562.1	25	5
Malásia	85	80	-	28.1	42	12
Cingapura	-	95.8	182.3	1133.3	-	-
Tailândia	67	39.6	18.2	174.2	133	68
Outros Países em Desenvolvimento						
Bolívia	-	-	42.4	102.1	-	-
Brasil	4.5	7.1	87.9	351.7	35	12
Chile	11.6	12.4	169.5	309.0	24	16
Costa do Marfim	0.04	7.9	21.3	98.6	-	-
Gana	-	-	52.4	79.7	-	-
Índia	34.9	48.0	20.9	89.5	352	203
Quênia	7.0	-	10.3	29.9	113	72
Ilhas Maurício	0.8	92.0	-	-	35	16
México	60.0	33.3	117.0	339.6	21	11
Filipinas	-	12.5	-	111.7	-	-
Sri Lanka	69.6	-	19.7	75.8	6	-

Fonte: World Bank, 1993, p.222

De um modo geral o EAM avalia que o crescimento acelerado foi resultado da correta perseguição dos fundamentos econômicos, como já procuramos destacar anteriormente. As políticas mais seletivas teriam aparentemente funcionado no Japão, Coreia e Taiwan, tendo pouca efetividade nos demais PAADs. Além disso, os seus custos sociais não seriam desprezíveis. Lembrando sempre que em sua concepção políticas seletivas não são necessariamente sinônimo de políticas discriminatórias do tipo *sector-specific*. O grande dilema do EAM é o problema metodológico apontado anteriormente: não se pode negar a existência de políticas públicas e do rápido crescimento. Pode-se, sim, afirmar que se as primeiras não atrapalharam o segundo, pelo menos não o causaram. Além de enfatizar aquelas menos discricionárias. Dentro desta lógica procurou-se negar a efetividade das políticas industriais, a partir de duas constatações: (i) o crescimento da produtividade total dos fatores teria sido inferior nos setores estimulados por políticas discricionárias; (ii) a tentativa de conformar as estruturas industriais não se teria afastado da trajetória de especialização comandada pelas vantagens comparativas, conforme a previsão usual dos modelos neoclássicos. Corretamente, porém, o EAM destaca que a efetividade de certas políticas deveu-se ao monitoramento constante e à exigência de um desempenho crescentemente melhor por parte das empresas, especialmente no que refere-se às exportações. Equivocado, em nossa opinião, é a minimização das políticas como um todo, a partir do argumento de que o monitoramento e as exigências de desempenho foram os elementos realmente importantes.

Esta tentativa de reduzir o papel das políticas seletivas ou, mais especificamente, das discricionárias, ou seja, daquelas que vão contra os preços "corretos de mercado"¹⁰, distorcendo os estímulos, fica clara na discussão sobre os fatores que determinaram a eficiente alocação dos recursos. A idéia central aqui é que os recursos foram utilizados da forma mais eficiente pois se deixou os mercados trabalharem. As distorções de preços foram limitadas e as decisões cruciais ficaram a cargo dos agentes privados. O mercado de trabalho era flexível, o financeiro, ainda que imperfeito e regulado, apresentava um nível de repressão financeira inferior ao dos demais países em desenvolvimento, sendo mais estável. A maior abertura ao mercado internacional permitiu o contato com as tecnologias de ponta, colocou como parâmetro de eficiência os preços internacionais e não os domésticos em um mercado

¹⁰ Na visão neoclássica seriam aqueles que refletem a escassez relativa dos fatores, ou seja, são os preços de equilíbrio.

protegido. Isto implicou na necessidade de se garantir que o preço dos insumos industriais ficasse o mais próximo possível dos preços internacionais, o que levou à manutenção de uma taxa de câmbio que minimizasse o viés anti-exportação.

Dada esta avaliação o EAM, coerentemente, defende todas aquelas medidas que vieram no sentido de fazer os mercados funcionarem eficientemente. Seu posicionamento sobre a questão do crédito direcionado exemplifica esse ponto. Concluem que o crédito direcionado à setores ou empresas específicas só funcionou em países de burocracia forte como o Japão, Coreia e Taiwan. E isto, mais pelo monitoramento e pelas exigências de desempenho exportador do que pelo crédito em si. Por outro lado, as políticas de crédito visando estimular as exportações de forma não discriminatória são apontadas como eficientes, e recomendadas. Assim, notamos que a aproximação com a visão *market-friendly* torna-se evidente. A tentativa de ir mais além ficou somente no plano das intenções.

A mensagem que o EAM tenta passar não escapa muito das receitas tradicionais do BM que, por sua vez, refletem o *mainstream economics*. Três idéias se destacam: (i) o caminho do sucesso é aquele trilhado sobre os *fundamentals*; (ii) o comércio é sempre vantajoso, de modo que a abertura das economias deve ser irrestrita; (iii) não existiria um único modelo asiático a ser seguido; porém, dadas as mediações históricas específicas, poder-se-ia emular suas qualidades mais genéricas, como o direcionamento pró-mercado e a flexibilidade diante de um cenário internacional em constante mutação.

São cinco as lições positivas que a experiência dos PAADs deixaria para os demais países em desenvolvimento:

(i) A estabilidade macroeconômica é um pré-requisito crucial para o crescimento.

(ii) O sistema financeiro deve funcionar de forma efetiva e segura.

(iii) Deve-se estar aberto às idéias e tecnologias externas.

(iv) A educação básica e universal é fundamental.

(v) Os preços relativos devem refletir a escassez da economia.

Os pontos considerados negativos, ou seja, o que não deve ser emulado:

(i) A promoção de setores específicos. Essa política provavelmente irá falhar.

(ii) A manutenção da taxa de juros fortemente subsidiada. Ressalvando-se que no atual quadro internacional qualquer tipo de regulamentação mais ativa sobre os mercados financeiros seria muito difícil.

(iii) O direcionamento do crédito sem a exigência de contrapartidas ou monitoramento.

Conclui-se:

“Finalmente, nós encontramos que um *export-push* bem sucedido, caso ele resulte de uma economia aberta e fundamentos econômicos consistentes, ou de uma combinação de fundamentos consistentes e intervenções prudentemente escolhidas, oferece altos ganhos econômicos.” (WORLD BANK, 1993, p.367)

3. Uma Avaliação Crítica

3.1 O Avanço Qualitativo

Krugman (1995), que não é propriamente um heterodoxo, questiona a própria idéia de que tenha havido algum milagre no desenvolvimento dos países do leste asiático. Para esse autor o crescimento acelerado dos PAADs, para usarmos a terminologia do EAM, deveu-se, tão somente a uma bem sucedida acumulação de capital dada a forte propensão de se sacrificar a satisfação presente em nome de ganhos futuros. Na verdade, ele busca desmontar as teses que afirmam ser o modelo asiático, marcado pelo autoritarismo e intervencionismo superior, em termos de eficiência econômica, ao modelo das sociedades ocidentais de livre mercado. Para Krugman se as idéias de comércio estratégico e política industrial realmente

funcionassem seria de se esperar taxas "impressionantes" de crescimento na eficiência daquelas economias. O que ele não constata.

Krugman rebate a opinião, muito em voga principalmente nos anos 80, de que a economia americana estaria perdendo a hegemonia. O principal eixo da economia internacional estaria se deslocando para o oriente. Ao afirmar que a verdadeira fonte do crescimento asiático foi um rápido acúmulo de capital, e não da eficiência, e de que o resultado desta combinação é a tendência de desaceleração¹¹, conforme explicitaria o caso japonês, o autor procura minimizar a própria necessidade de uma avaliação mais aprofundada da especificidade asiática. Nada haveria ali que a teoria convencional do crescimento não possa enquadrar. E mais, assim como as antigas economias do bloco soviético tinham espantado o mundo com suas taxas espetaculares de crescimento até meados dos anos 60 - também por um acúmulo rápido de capital, e não pelo aprimoramento no uso dos recursos - e uma não menos impressionante decadência, os asiáticos estariam fadados a ter um mesmo destino.

Essa posição de Krugman, certamente bem menos sofisticada que o EAM na defesa dos mecanismos de mercado e na crítica ao intervencionismo, fica difícil de ser sustentada com uma análise mais detalhada dos fatos. Os PAADs não foram somente capazes de crescer de uma forma impressionante, mas também avançar em mercados tecnologicamente mais dinâmicos (CHANG, 1994, para o caso da Coreia), o que está refletido na transformação de sua estrutura produtiva e de sua pauta de exportações. Mesmo que o EAM tenha procurado desvincular este avanço qualitativo das políticas discricionárias, ele não o nega.

Na tabela 7 constatamos o crescente peso das economias asiáticas nos mercados internacionais e, especialmente, nos mercados dos países avançados. Na tabela 9 vemos a radical transformação na estrutura produtiva coreana, refletida em sua pauta de exportações, onde cresceu a importância dos setores capital e tecnologia intensivos. Se tomarmos o TFP (total factor productivity) como *proxy* do aumento na eficiência do uso dos recursos no caso coreano (tabela 8), que, segundo o EAM, foi responsável por cerca de 1/3 das taxas de crescimento dos PAADs, em média (WORLD BANK, 1993, p. 48). Como consequência, no caso coreano, verificamos que seu crescimento industrial foi muito maior e mais profundo, no sentido de avanço nos setores tecnologicamente mais dinâmicos, do que nos demais países em desenvolvimento (tabela 10). Na tabela 11 verifica-se esse mesmo fenômeno para o conjunto dos PAADs. Por fim, constatamos na tabela 12 o peso dos PAADs em importantes mercados para produtos de alta tecnologia.

7. Penetração das Exportações, Economias Seleccionadas do Leste Asiático, 1965-90

Economia	Participação nas Exportações Mundiais			Participação nas Exportações Dos Países em Desenvolvimento		
	1965	1980	1990	1965	1980	1990
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES						
Japão	5.0	7.0	9.0	-	-	-
Tigres ¹	1.5	3.8	6.7	6.0	13.3	33.9
NEIs do Leste Asiático ²	1.5	2.2	2.4	6.2	7.8	12.4
PAAD - Subtotal ³	7.9	13.1	18.2	12.2	21.1	56.3
Todos os Países em Desenvolvimento	24.2	28.7	19.8	100.0	100.0	100.0
Mundo	100.0	100.0	100.0	NA	NA	NA
EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS						
Japão	7.8	11.6	11.8	-	-	-
Tigres	1.5	5.3	7.9	13.2	44.9	61.5
NEIs do Leste Asiático	0.1	0.4	1.5	1.1	3.8	12.0
PAAD - Subtotal	9.4	17.3	21.3	14.2	48.6	73.5
Todos os Países em Desenvolvimento	11.1	11.8	12.9	100.0	100.0	100.0
Mundo	100.0	100.0	100.0	NA	NA	NA

Fonte: World Bank, 1993, p.38. Notas: (1) Coreia, Hong Kong, Cingapura e Taiwan; (2) Indonésia, Malásia e Tailândia; (3) Países Asiáticos de Alto Desempenho: (1) + (2)

¹¹ O que significa que "... o crescimento sustentado sobre a renda *per capital* de uma nação pode ocorrer apenas se houver um aumento na produção por unidade de recursos. Meros aumentos de recursos sem aumento na eficiência com a qual tais recursos são usados necessariamente incorrem em rendimentos decrescentes..." (KRUGMAN, 1995, p.94)

8. Coreia - Crescimento do PNB e Suas Fontes

	1963-73	1973-79	1979-90	1963-90
1. Crescimento do PNB				
Coreia	9.0	9.3	8.2	8.7
OCDE	5.4	2.7	2.8	3.7
2. Contribuições Para o Crescimento da Coreia				
Trabalho	2.7	2.9	1.7	2.4
Capital	3.7	5.5	3.2	3.9
Educação	0.5	0.5	1.0	0.7
3. TFP				
Coreia	2.1	0.3	2.3	1.8
OCDE	2.7	0.5	0.8	1.4

Fonte: OECD (1996), p.5.

TFP - Total Factor Productivity

9. Coreia - Principais Itens da Pauta de Exportação (% do total das exportações)

1961		1982		1994	
Exportação	Porcentagem	Exportação	Porcentagem	Exportação	Porcentagem
1. Minério de Ferro	13.0	Têxteis, Vestuário	25.6	Produtos Eletrônicos	37.6
2. Tungstênio	12.6	Navios	13.0	Têxteis, Vestuário	15.1
3. Seda Crua	6.7	Produtos Eletrônicos	9.8	Produtos Químicos	6.6
4. Antracite	5.8	Aço	8.4	Navios	5.2
5. Lula	5.5	Calçados	5.3	Carros	4.7
6. Outros Pescados	4.5	Produtos Químicos	3.1	Aço	4.6
7. Grafite	4.2	Produtos de Pesca	2.9	Calçados	1.9
8. Madeira	3.3	Cimento	1.5	Produtos Petrolíferos	1.7
Compensada					
9. Cereais	3.3	Brinquedos	1.5	Instrumentos Musicais	1.2
10. Pele de Animais	3.0	Produtos Petrolíferos	1.3	Produtos de Pesca	1.1
TOTAL	62.0	TOTAL	72.4	TOTAL	79.7

Fonte: OECD, 1996, p.7

10. Desempenho do Setor Industrial, Países Seleccionados - taxa de crescimento anual, entre 1979-88

	Brasil	Chile	Grécia	Coreia	México	África do Sul	Espanha
Setores Leves ⁽¹⁾	1.5	2.6	0.3	7.8	1.8	2.7	1.6
Setor Químico ⁽²⁾	2.6	0.6	2.2	7.5	3.4	1.3	0.8
Indústria Pesada	0.6	1.6	-0.8	17.2	2.7	0.4	2.1
Produtos de Metal (ISIC 381)	1.4	2.0	-0.1	10.3	2.6	-1.3	0.9
Maquinaria (ISIC 382)	0.1	-1.7	-5.1	18.6	-	-1.3	2.0
Maq. Elétrica (ISIC 383)	2.1	3.9	-0.8	21.8	-2.8	3.6	
Equip. de Transporte (ISIC 384)	-1.5	-5.5	-1.3	17.5	-0.8	2.8	
Total da Indústria	1.5	2.7	0.4	11.7	2.1	1.6	1.5

Fonte: Chang, 1994, p. 105-106. Arranjos do Autor

(1) Alimentos, Bebidas, Fumo, Têxteis, Vestuário, Couro e Derivados, Calçados, Madeira e Derivados, Móveis e Acessórios, Papel e Derivados, Impressão e Publicação, Cerâmica, Vidro e Derivados, Produtos Não Metálicos, e Outros.

(2) química e derivados, não químicos, refino de petróleo, carvão, borracha, plásticos

11. Valor Adicionado a Preços Correntes como Parcela do Valor Agregado na Manufatura, Países Selecionados - Classificação Setorial ISIC.

Economia/Setor	Alimentos, Bebidas e Fumo	Têxtil e Vestuário	Madeira e Produtos de Madeira	Papel e Impressão	Química e Borracha	Minerais Não Metálicos	Metais Básicos	Produtos de Metal e Maquinaria	Outros	Total da Indústria
Hong Kong										
1973	0.05	0.48	0.02	0.05	0.12	0.01	0.01	0.23	0.03	1.00
1988	0.06	0.38	0.01	0.08	0.10	0.01	0.01	0.33	0.04	1.02
Indonésia										
1973	0.59	0.14	0.01	0.01	0.16	0.03	0.00	0.05	0.01	1.00
1988	0.26	0.15	0.11	0.03	0.15	0.05	0.09	0.14	0.01	0.99
Japão										
1953	0.09	0.16	0.04	0.10	0.16	0.05	0.12	0.24	0.02	0.98
1989	0.09	0.05	0.03	0.08	0.16	0.04	0.07	0.46	0.01	0.99
Coreia										
1986 ⁽¹⁾	0.23	0.19	0.05	0.06	0.21	0.06	0.04	0.13	0.02	1.00
1988	0.11	0.15	0.02	0.05	0.18	0.04	0.07	0.36	0.02	1.00
Malásia										
1969	0.16	0.05	0.07	0.11	0.27	0.01	0.06	0.06	0.23	1.02
1988	0.18	0.07	0.07	0.04	0.27	0.06	0.03	0.27	0.01	1.00
Cingapura										
1969	0.14	0.05	0.07	0.06	0.30	0.03	0.03	0.29	0.02	0.99
1989	0.05	0.04	0.01	0.05	0.20	0.01	0.01	0.61	0.01	0.99
Tailândia										
1968	0.26	0.17	0.13	0.04	0.09	0.16	0.02	0.12	0.01	1.00
1986	0.42	0.22	0.03	0.03	0.09	0.08	0.02	0.11	0.01	1.01
Índia										
1970	0.12	0.21	0.01	0.05	0.18	0.04	0.12	0.25	0.01	0.99
1986	0.12	0.15	0.01	0.04	0.24	0.05	0.10	0.29	0.01	1.01
Brasil										
1970	0.17	0.13	0.05	0.06	0.19	0.06	0.12	0.20	0.02	1.00
1985	0.30	0.21	0.00	0.02	0.26	0.07	0.04	0.09	0.00	0.99
Chile										
1970	0.17	0.12	0.02	0.02	0.10	0.03	0.34	0.16	0.00	0.96
1986	0.25	0.08	0.03	0.10	0.16	0.04	0.28	0.07	0.00	1.01
México										
1970	0.31	0.08	0.01	0.07	0.15	0.06	0.24	0.09	0.00	1.01
1984	0.28	0.05	0.00	0.05	0.17	0.11	0.19	0.15	0.00	1.00

Fonte: World Bank, 1993, p. 305. Arranjos do Autor

(1) Na fonte a referência do ano é 1986. Porém, levando-se em conta as transformações estruturais, supomos que o ano correto seja 1968.

12. Distribuição Geográfica das Exportações de Novos Produtos por Origem e Destino*, 1985-1993.

Destino	EUA		Ásia		Japão		NICs Asiáticos		Malásia e Tailândia	
Origem	1985	1993	1985	1993	1985	1993	1985	1993	1985	1993
USA	-	-	24.1	31.5	7.7	9.6	11.9	16.9	4.5	4.9
Ásia**	49.2	35.9	14.4	30.3	1.5	3.8	10.7	21.0	2.3	5.6
Japão	46.1	37.7	12.9	27.9	-	-	11.4	22.9	1.5	5.0
NICs Asiáticos***	56.5	34.6	16.8	29.5	4.4	6.4	7.7	15.9	4.7	7.3
Malásia e Tailândia	53.6	33.8	24.8	41.2	7.1	8.7	17.6	30.3	0.1	2.3

Fonte: World Economic and Social Survey (1995), p. 175.

* Segundo a United Nations Standard International Trade Classification o grupo dos "novos produtos" inclui as divisões 75 (equipamentos de escritório, equipamentos automáticos de processamento de dados, partes e acessórios), 76 (equipamentos de telecomunicação, som, imagem, gravação e televisão) e 77, subgrupo 776 (que inclui transistores e outros semicondutores e microcircuitos eletrônicos).

** Japão, NICs, Malásia e Tailândia.

*** Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan.

3.2 O Papel do Estado

Procuramos evidenciar com essas estatísticas, muitas delas do próprio EAM, que os PAADs não só tiveram um rápido crescimento do produto, como também avançaram qualitativamente mais do que os outros países em desenvolvimento. Queremos agora identificar em que medida a ação ativa do Estado respondeu, de forma mais ampla, por esse rápido crescimento.

Lall (1995) nos aponta alguns caminhos. Para este autor o EAM foi um avanço sob a perspectiva de que deslocou o campo da polêmica entre os economistas ortodoxos e heterodoxos. Não se trata mais discutir a legitimidade das intervenções governamentais, posto que se aceita a imperfeição de certos mercados. O problema é definir o escopo destas ações. Até onde se pode e se deve ir. Quais são as intervenções mais eficientes? As seletivas, discricionárias? Ou as funcionais, *market-friendly*? Partindo-se de uma visão crítica, dever-se-ia até mesmo perguntar: são válidas as distinções entre intervenções funcionais e seletivas? E, mais um desafio para os heterodoxos: haveria justificativa teórica para aquele segundo tipo de intervenção?

Para Lall as políticas seletivas são legítimas e funcionam. Argumenta que os quatro tipos de imperfeições de mercado - (i) deficiências nos mercados de capitais - *gaps* de informação; (ii) fragmentação dos investimentos; (iii) problemas de apropriabilidade imperfeita do conhecimento ao nível da firma¹²; (iv) inabilidade dos investidores individuais em agir racionalmente quando há investimentos tecnologicamente interdependentes - apontadas pelo BM com legitimadoras da intervenção do tipo funcional (*market-friendly*), por si só também legitimariam as intervenções seletivas. Isto por que as falhas de mercado deveriam ser analisadas em três níveis distintos: (i) dentro da firma - incerteza no aprendizado, custos e riscos, ausência de experiência e informação, dificuldade de aprendizado, ausência de economias de escala; (ii) no relacionamento entre as firmas - falta de coordenação, e; (iii) nos mercados de fatores - falhas nos mercados de capital, infra-estrutura inadequada, criação inadequada de habilidades, falta de suporte técnico etc.. De fato, ao não perceber essas distintas facetas o BM acaba por reduzir o papel das políticas seletivas. Lall trabalha com a idéia de que as vantagens comparativas devem ser construídas e de que isso passa pelo nível microeconômico. Não se poderia falar em competitividade sem pensar na firma. Na forma como esta, dadas suas especificidades e sua interação com o meio ambiente setorial e macro, constrói suas capacidades¹³. Com isso ações mais discricionárias fariam sentido, pois o fortalecimento das firmas é, também, o fortalecimento da economia com um todo.

A ressalva do autor, que também está presente no EAM, e na maioria dos interpretes heterodoxos da experiência asiática, é de que não basta proteger a indústria infante sem as exigências de contrapartidas em termos de desempenho exportador e/ou tecnológico. A proteção seletiva se justifica e é necessária em certos casos. Mas ela deve ser: (i) limitada no tempo, associada a um monitoramento efetivo e eficaz com a imposição de requerimentos de desempenho; (ii) acompanhada do incentivo à concorrência, especialmente nos mercados externos - o mercado interno protegido pode, em um dado momento, ser uma forma de garantir escalas de produção; (iii) atenta ao desenvolvimento da capacitação tecnológica e organizacional endógena, lembrando-se que o ambiente em que a firma interage apresenta múltiplas dimensões e

¹² Para uma avaliação dos fundamentos teóricos do problema da apropriabilidade, na ótica neoclássica, ver Arrow, J.K. "Classificatory Notes on Production and Transmission of Technological Knowledge." *The American Economic Review*, v. LIX, n.2, may 1969, p. 29-35; e Nordhaus, W. "Theory of Innovation: an Economic Theory of Technological Change." *The American Economic Review*, v. LIX, n.2, may 1969, p.18 - 28.

¹³ Claramente trata-se de uma visão neo-schumpeteriana ou evolucionista, que destaca o papel da firma na construção da competitividade. Lall procura mostrar que o processo de aprendizado tecnológico é muito mais complexo, envolvendo conhecimentos tácitos, não incorporados nos equipamentos e, portanto, de difícil transferibilidade. O domínio das tecnologias requereria o investimento "em novas habilidades, informação técnica, métodos organizacionais e *linkages* externos", de modo que o desenvolvimento de setores mais complexos tecnologicamente não seria possível a partir dos estímulos alocativos do mercado - por mais que hajam sobre as imperfeições políticas genéricas. Vale dizer, somente as políticas seletivas, da construção estratégica de capacidades, seria capaz de garantir o *upgrading* industrial. Maiores detalhes em Dosi, G., Freeman, C., Fabiani, S. (1994). *The Process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories on Technologies, Firms and Institutions. Industrial and Corporate Change*, v. 3, n. 1, november, p. 1-45; e Dosi, G., Nelson, R.R. (1994). *An Introduction to Evolutionary Theories in Economics. Journal of Evolutionary Economics*, v.4, n.3, september, p. 243-268.

que, assim, não bastaria a proteção dos mercados de bens finais para garantir sua capacitação - teríamos os mercados de fatores, os mercados financeiros, tecnológicos, a infra-estrutura etc. Stiglitz (1996) destaca, também, o binômio cooperação-coordenação. O Estado reconheceria a superioridade das decisões privadas, mas aceitaria a existência de falhas de informação. Para sanar esse problema cria instituições específicas para a troca de informações entre empresas rivais e estas com o governo. Por outro lado, os comportamentos colusivos ou de *rent-seeking*, que emergem em situações de coordenação e proteção foram equacionados pela criação de mecanismos de disputa. A competição pelas rendas geradas neste sistema, associadas, por exemplo, a uma licença de importação, ao câmbio favorecido etc, evitou as deseconomias típicas das sociedades *rent-seeking*¹⁴

Para ilustrar seu argumento Lall (1995) contrapõe a experiência asiática com os casos do Chile e de Gana. A avaliação da experiência dos NICs asiáticos - Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia - permite a percepção de que não existe um único modelo de industrialização bem sucedida. Se a orientação exportadora, os investimentos em qualificação do capital humano e a intervenção do Estado são pontos em comum, devemos notar que o contexto histórico e os objetivos industriais - e, com isso, os instrumentos utilizados - foram distintos. Os diferentes objetivos de cada país, especialmente no que se refere ao aprofundamento da industrialização, implicaram em posições distintas frente ao investimento direto externo (IDE). Cingapura, por exemplo, mostrou-se mais liberal, tendo montado seu *drive* exportador com base nas empresas transnacionais (ETs). Com isso foi menor o esforço tecnológico local. Já Coreia e Taiwan tiveram o comportamento inverso. Incentivaram o desenvolvimento tecnológico local, a cargo de empresas nacionais - grandes conglomerados na Coreia, pequenas e médias empresas, e estatais em Taiwan. Isto restringiu a participação das ETs. Já a experiência de Hong Kong aproximou-se mais do imaginado pelo paradigma neoclássico, com uma menor seletividade na políticas, posto que o aprofundamento na industrialização não mostrou-se um objetivo efetivo.

A experiência chilena é apresentada como aproximação fiel ao padrão de ajuste exportador proposto pelo BM. Partindo de dotações favoráveis de capital humano e capacidade empresarial, o Chile priorizou um ajuste de mercado, com o desenvolvimento das atividades onde tinha vantagens comparativas estáticas, vale dizer: nos setores de uso intensivo de recursos naturais. A natureza não seletiva de sua proteção impediu a construção de capacidades competitivas em setores intensivos em tecnologias mais avançadas. Isto desqualifica, desde logo, o esforço ortodoxo de igualar o caso chileno ao caso dos NICs asiáticos. O dinamismo das exportações chilenas ficou restrito aos segmentos agro-industriais onde houve o acúmulo de capacitação e, mais do que isso, onde tivemos políticas seletivas - biotecnologia e pesquisa agrícola - desmistificando a explicação do Banco Mundial. Além disso, no Chile não foram construídas novas capacidades, como no caso asiático, e sim aprimoradas vantagens históricas. Gana, apresentado pelo BM, como um caso exitoso de ajuste exportador *market friendly*, também foi incapaz de construir novas capacidades em setores tecnologicamente dinâmicos, explorando somente os setores tradicionais onde apresenta vantagens comparativas estáticas de abundância de recursos naturais e mão de obra barata. Após a implantação do seu programa de liberalização (1986), suas taxas de crescimento mostraram-se declinantes.

Podemos agora nos aproximar de um quadro geral alternativo ao EAM. Sob a ótica de Lall (1995) a experiência asiática nos levaria à conclusões distintas. Em primeiro lugar percebemos que as intervenções seletivas e funcionais foram vitais para o desenvolvimento tecnológico dos PAADs. Notou-se uma correlação entre o aprofundamento industrial-tecnológico e a seletividade das políticas, onde quanto maior era o primeiro enquanto objetivo, maior a segunda como instrumento. Além disso, a ação política dos governos foi eficiente: em parte devido à disciplina imposta à indústria e Estado pelo mercado internacional, dada a orientação exportadora; e, também, devido à existência de uma burocracia estatal qualificada, treinada, bem remunerada e isolada das pressões políticas. Um terceiro ponto é que a natureza e o

¹⁴ Sobre o conceito de *rent-seeking* e a "economia do protecionismo", ver, por exemplo, Krueger (1974)

impacto das intervenções divergiram em função dos objetivos de governo e das políticas econômicas. O mesmo ocorreu com o IDE. Finalmente, as opções e propensões aplicáveis às economias grandes, com um maior espaço para a especialização e conteúdo locais, bem como melhores empresas já estabelecidas internamente, foram diferentes daquelas dos pequenos estados abertos, com fraca capacidade empresarial interna e um frágil mercado interno. A necessidade de acelerar o desenvolvimento tecnológico local empurrou os países "grandes" a um maior auxílio às empresas locais.

Por outro lado, contrapostas com experiência de Chile e Gana, que para o BM são países modelos no quesito políticas *market-friendly*, Lall se permite defender a efetividade da políticas seletivas. E mais, ataca a visão tradicional de que o Estado é intrinsecamente ineficiente, enquanto os mercados são, até que se prove em contrário, eficientes. Assim, as falhas governamentais, ainda que ocorram e sejam relevante¹⁵, não são suficientes para a derivação daquele suposto arbitrário. O caso dos NICs asiáticos atesta, de um modo geral, a efetiva capacidade do Estado intervir eficientemente em prol do desenvolvimento. Por decorrência uma visão mais correta da dicotomia Estado *versus* Mercado, deveria partir do seguinte suposto: os governos são tão falíveis quanto os mercados, mas podem ser aprimorados. Além disso, deve-se perceber que as políticas industriais, em suas dimensões seletiva e funcional (fundamental, na terminologia do EAM) não são estáticas. A evolução das economias pode implicar na mudança dos objetivos estratégicos e, assim, dos seus instrumentos. O grau de intervencionismo acompanharia essas transformações. O EAM, como destacamos anteriormente, associa a redução do intervencionismo nos PAADs ao longo dos anos 80, em um movimento acompanhado por uma crescente liberalização, desregulamentação e privatizações, à um atestado de *mea culpa* para o intervencionismo passado. Não atentando para as mudanças nos instrumentos de intervenção, posto que não tratava-se mais de montar os setores industriais, mas sim reestruturá-los e modernizá-los (CHANG, 1994).

Além da visão reducionista do aporte do BM sobre as imperfeições de mercado, o que não permite perceber a necessidade de políticas específicas para as firmas, podemos também criticar um reducionismo no conceito de política industrial. Singh (1994) nos mostra que o BM, tanto no "Desafio do Desenvolvimento" (BM, 1991), quanto no EAM, procura separar três tipos de intervenções governamentais (seletivas): (i) o crédito direcionado; (ii) a promoção de exportações; (iii) e as políticas estruturais. Onde o crédito direcionado de forma não discriminatória e a promoção das exportações, genérica, funcionam; enquanto as políticas específicas a setores e empresas, não. Ora, para Singh (1994) e também para Wade (1996), a análise destas políticas não pode ser estanque, como faz o BM. Ainda que no "aporte funcional do crescimento" elas apareçam interagindo, na análise concreta o que se tenta é segmentá-las de forma a reduzir o papel da política industrial¹⁶. Como afirmar que o crédito direcionado de forma discriminatória é ruim, enquanto que as exigências de desempenho são boas? (WADE, 1996).

Amsden (1994), Yanagihara (1994) e Kwon (1994) questionam a fragilidade da argumentação e das evidências estatísticas utilizadas pelo EAM para desqualificar as políticas industriais, vale dizer, aquelas políticas que procuram conformar as estruturas dos setores. Na argumentação do EAM a política industrial teria se revelado ineficaz na medida em que a produtividade total dos fatores (PTF) nos setores estimulados foi menor do que nos não estimulados. As estimativas da PTF foram feitas a partir de um

¹⁵ Lall (1995) destaca as seguintes falhas de governo: (i) deficiências de informação *vis-à-vis* aos mercados; (ii) ausência de habilidade para implementar ações específicas; (iii) rigidez, incapacidade de mudar o curso das ações quando erros são identificados; (iv) priorização de interesses específicos frente aos gerais; (v) venalidade e corrupção.

¹⁶ Resumindo, a discussão acima indica que os economistas do Banco chegam à sua doutrina da não efetividade da política industrial por considerá-la em um sentido muito restrito; por ignorar suas características multifacetárias e os importantes elos entre seus diferentes componentes; e mesmo dentro dos seus próprios termos, por utilizar testes não apropriados para avaliar o sucesso ou não da política industrial. O primeiro destes testes não é válido por que desconsidera a questão crítica da velocidade do ajustamento para as vantagens comparativas dinâmicas de um país; o segundo é frustrado pelo fato de que abstrai os efeitos da política industrial sobre as restrições na balança de pagamentos e, então, na demanda global - questões que são salientes no mundo real de mercados imperfeitos e incompletos em economias semi-industrializadas. O modelo TFP, com seus supostos de plena utilização dos recursos e concorrência perfeita, que os economistas do Banco utilizam, não é apropriado para tal análise." (SINGH, 1994, p. 1816)

arcabouço neoclássico, com a utilização da função Cobb-Douglas, vale dizer, pressupondo mercados competitivos e retornos constantes de escala. Kwon nos apresenta estimativas com a utilização de formas funcionais mais flexíveis e realistas, pressupondo a ausência de um equilíbrio competitivo no longo prazo, mercados imperfeitos, estoques de capital quase fixos com custos de ajustamento e retornos de escala não necessariamente constantes. Comparando seus resultados aos do EAM, para o caso paradigmático da Coreia, constatou-se um resultado distinto dos cálculos do BM. Assim o desempenho em termos de aumento da produtividade no uso dos fatores dos setores pesados, priorizados pela política industrial, foi superior ao dos setores leves. Vale notar a importância da defasagem temporal que expressa o período de aprendizado nos novos setores. Entre 1973-81, os setores pesados tiveram o seu maior incentivo, com a vigência do 5º Plano Quinquenal (1972-76) (MOREIRA, 1993), apresentando porém um resultado inferior aos setores leves em termos de crescimento da PTF. Já em 1981-89, consolidados os investimentos e com tempo suficiente para a apropriação dos retornos crescentes derivados do aprendizado, a situação inverte-se. Isto reflete-se, como já apontamos, na pauta de exportações da Coreia (tabela 9), onde destacam-se os setores capital e tecnologia intensivos priorizados pela sua política industrial.

13. Crescimento da Produtividade Total dos Fatores na Indústria Coreana

Setores	Estimativas de Park-Kwon			EAM	
	1967-73	1973-81	1981-89	1967-89	1968-88
Sectores					
Indústria Pesada	4.3	- 4.9	2.1	0.5	-
Ferro e Aço	10.2	4.7	2.9	4.9	3.7
Metais Não Ferrosos	- 0.3	7.6	6.3	4.5	7.6
Minerais Não Metálicos	3.6	6.3	7.6	6.4	2.8
Química	3.2	- 11.8	1.6	- 0.4	13.1
Equipamentos de Transporte	3.5	2.6	3.3	2.7	11.2
Maquinaria	2.2	4.9	5.2	3.8	8.0
Eletrônica	3.9	7.2	4.2	4.8	10.7
Indústria Leve	- 0.1	0.8	- 2.5	- 0.5	-
Alimentos	0.8	- 1.8	- 17.3	- 7.8	9.5
Têxteis	3.2	6.1	2.5	4.4	10.7
Madeira	5.6	11.2	21.3	13.9	10.8
Papel	- 8.2	1.5	- 1.3	- 2.0	9.5
Outras Manufaturas	0.2	6.2	1.0	2.4	7.5
Total da Indústria	1.3	- 5.2	- 0.8	- 1.6	8.8

Fonte: Kwon (1994, p. 637)

Da mesma forma aqueles autores procuram mostrar a inconsistência lógica do segundo argumento do BM contra a política industrial. Segundo o EAM a estrutura resultante no período de industrialização acelerada depois dos anos 50 nos PAADs seguiu a trajetória de exploração das vantagens comparativas, dadas as dotações iniciais de fatores. Vale dizer, na medida em que a política industrial criou uma estrutura que foi conformada segundo o mercado, chega-se à conclusão de que aquela fora não efetiva. Amsden (1994, p. 529) destaca a falácia deste raciocínio, especialmente para o caso coreano: "Então, o *Report* declara a política industrial da Coreia não efetiva por que criou a mesma estrutura de mercado que a teoria neoclássica prediz que teria se desenvolvido caso a Coreia do Sul não tivesse tido política alguma (somente uma política neoclássica neutra).

Aglutinado as preocupações anteriores, Akyüz & Gore (1996) nos apresentam uma perspectiva extremamente rica sobre a conexão entre política industrial e acumulação de capital. Argumentam que os lucros corporativos e as rendas *profit-related* sustentaram as altas taxas de investimento e, portanto, de crescimento das economias asiáticas mais bem sucedidas. As políticas públicas estimularam diretamente a acumulação de capital ao criar tais rendas e canalizá-las para os investimentos produtivos. A tese do nexo *investimento-lucro* questiona o quase dogma de que as poupanças familiares teriam sustentado as altas taxas de investimento nos PAADs. Para esses autores a causalidade é inversa. O crescimento dos investimentos e dos lucros corporativos é que teriam estimulado o aumento da poupança. Ilustram esse ponto mostrando que o sistema de bônus vinculava a remuneração dos trabalhadores e,

portanto, sua capacidade potencial de poupança ao lucros. Assim, no Japão 16% da remuneração provinha da participação nos lucros nos anos 50, elevando-se para 20% nos anos 60. Na Coreia os bônus representaram algo entre 14% e 33%, nos anos 70, enquanto nos mesmo período, em Taiwan, esse número era de 15%.

Por outro lado, uma série de mecanismos "artificiais" estimulavam a elevação da rentabilidade do capital: (i) as isenções especiais, as depreciações aceleradas para estimular a retenção dos lucros; (ii) os fundos especiais de reservas, que nos anos 50 responderam por 1/3 das poupanças das corporações no Japão; (iii) os subsídios creditícios; (iv) as rendas criadas pela proteção do mercado interno, estímulo às exportações, acesso à licenças de importação e câmbio favorecido etc. Com isso buscava-se compensar o elevado risco associado industrialização e inovação em um contexto de desenvolvimento retardatário. Obviamente, como destacara o EAM, o direcionamento destas rendas artificiais para a realimentação do circuito investimento-lucro-investimento foi possível por um rigoroso monitoramento dos incentivos e *targeting* de desempenho.

Como já havíamos procurado ressaltar com o trabalho de Lall (1995), a idéia do nexos investimento-lucro de Akyüz & Gore (1996) reforça uma defesa coerente da política industrial. Há uma interação entre a dinâmica microeconômica das decisões de investimento (produtivo e em inovação), os estímulos gerados pelas políticas macroeconômicas (câmbio, tarifas, fisco) e industriais, e os resultados agregados de crescimento, poupança e investimento.

4. Conclusões

Hoje os países em desenvolvimento estão diante de dois dilemas: como inserir-se em uma economia cada vez mais internacionalizada e que tipos de estratégias utilizar para acelerar o crescimento. A resposta do BM, a partir do estudo do EAM é clara: quanto maior a abertura e menor o grau de intervenção do Estado nas forças de mercado, mais bem sucedida tenderá a ser a trajetória de crescimento. Por outro lado autores como Singh (1994), Stiglitz (1996), Chang (1994), Lall (1995) e Wade (1996) indicam que a inserção na economia mundial deve ser estratégica e não total. E, acima de tudo, que as políticas seletivas discricionárias são legítimas para construir as vantagens comparativas dinâmicas. Ou, na pior das hipóteses, acelerar tal construção - aceita a visão do BM sobre o caso asiático, onde as políticas teriam conformedo uma estrutura produtiva na direção apontada pelos sinais de mercado.

O EAM foi um avanço. O BM não nega mais as evidências de que as políticas intervencionistas tiveram uma presença marcantes na trajetória de crescimento dos PAADs. Se não a explicaram de todo, também não a impediram. Por outro lado, a intenção declarada dos economistas do BM em expandir a fronteira do debate frustrou-se em sua dimensão propositiva. Não há nada nesta nova versão oficial da história do sucesso asiático que sinalize em direção à propostas de políticas públicas que vão além da manutenção da estabilidade macro, da abertura irrestrita e dos investimentos em capital humano. Vale dizer, não se avançou sobre o enfoque *market-friendly*.

Ainda assim o debate deslocou-se nitidamente para a questão de quais políticas são mais eficientes. A dicotomia intervencionismo *versus* *laisse faire* é, nos termos do BM, ultrapassada. Porém, o EAM não colocou um ponto final na discussão sobre os fatores explicativos do sucesso asiático ou, em última instância, sobre seus determinantes. Se a emulação daquele está condicionada aos limites históricos impostos pela internacionalização da produção e a institucionalidade liberal no âmbito da OMC, não podemos perder de vista algumas lições mais gerais: (i) a capacitação produtiva e tecnológica não é gerada de forma espontânea pelos mecanismos de mercado em países atrasados, o que implica a necessidade de instrumentos que diminuam o risco e aumentem a rentabilidade do investimento local; (ii) com isso, a condução do desenvolvimento impõe o estabelecimento de estratégias de longo prazo, cuja capacidade de condução ultrapassa as possibilidades dos agentes individuais. Desta forma queremos ressaltar que os elementos apontados pelo EAM como determinantes últimos do desenvolvimento - a estabilidade, a disciplina imposta pelos

mercados externos, os investimentos em infra-estrutura e capital humano, e a efetividade do sistema financeiro - são condições necessárias, mas não suficientes para sustentar o desenvolvimento de países que não estão na fronteira tecno-produtiva.

6. Bibliografia

- AKYÜA, Y., GORE, C. (1996). The Investment-Profits Nexus in East Asian Industrialization. World Development, v. 24, n.3, p.461-470.
- AMSDEN, A. H. (1994). Why Isn't the Whole World Experimenting with the East Asian Model to Develop? Review of *The East Asian Miracle*. World Development, v.22, n.4, p. 627-633.
- BANCO MUNDIAL (1991). Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1991: O Desafio do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CHANG, H. (1994). The Political Economy of Industrial Policy. London: The Macmilland Press.
- JOHNSON, C. (1987). Political Institutions and Economic Performance: The Government-Business Relationship in Japan, South Korea, and Taiwan. In DEYO, F.C. (1987, ed.) The Political Economy of the New Asian Industrialism. Ithaca: Cornell University Press.
- KRUEGER, A. O. (1974). The Political Economy of the Rent-Seeking Society. The American Economic Review, v. 64, n.3, June, p. 291-303.
- KRUGMAN, P. (1995). O Mito do Milagre Asiático. Política Externa, v.3, n.4, março, p. 20-104.
- KWON, J. (1994). The East Asia Challenge to Neoclassical Orthodoxy. World Development, v.22, n.4, p. 635-644.
- LALL, S. (1995). Governments and Industrialization: The Role of Interventions in the 1990's. ECLAC-IDRC/UNU - INTECH Conference - Productivity, Technical Change, and National Innovation Systems in Latin America. Marbella, Chile, August. (mimeo)
- MOREIRA, M. M. (1993). Government Intervention and Industrialization: the Case of the Republic of Korea. Texto para Discussão, n. 295. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI.
- OECD (1996). OECD Economic Surveys, 1995-1996 - Korea. Organisation For Economic Co-Operation and Development.
- PAGE, J.M.(1994).The East Asian Miracle: An Introduction. World Development, v.22, n.4, p.615-625.
- SINGH, A (1994). Openness and the Market Friendly Approach to Development: Learning the Right Lessons from Development Experience. World Development, v. 22, n. 12, pp. 1811-1823.
- SINGH, A. (1996). Catching Up With The West: A Perspective on Asian Development. Development Thinking and Practice Conference, September, 3 - 5, Washington (DC). (mimeo)
- STIGLITZ, J. E. (1996). Some Lessons From The East Asian Miracle. The World Bank Research Observer, v. 11, n. 2, August, p. 151-177.
- WADE, R. (1996). Japan, the World Bank, and the Art of Paradigm Maintenance: The East Asia Miracle in a Political Perspective. New Left Review, n. 217, May/June, p. 3-36.
- WORLD BANK (1993). The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy. New York: Oxford University Press.
- WORLD ECONOMIC AND SOCIAL SURVEY 1995 (1995): Current Trends and Policies in the

World Economy. Department For Economic And Social Information And Policy Analysis.
New

York: United Nations.

YANAGIHARA, T. (1994). Anything New in the *Miracle* Report? Yes and No.
World

Development, v.22, n.4, . 663-670.